

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.369 - PR (2019/0271657-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **JOÃO CARLOS RIBEIRO DA SILVA**, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. REDUÇÃO DO VALOR DO DIA-MULTA.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão em relação a algum ponto sobre o qual o Tribunal deveria se pronunciar (CPP, arts. 619 e 620, §§ 1º e 2º), ou, por construção da jurisprudência, quando houver erro material no julgado.

2. Em sede de aclaratórios, constitui inovação recursal, sobre a qual recai o instituto da preclusão temporal, questão não suscitada nas razões de apelação.

3. Diante das condições econômicas do réu, ?ca reduzido o valor unitário do dia-multa para 1/30 do salário mínimo vigente na época do fato." (e-STJ, fl. 412).

O recorrente alega, em suma, negativa de vigência do art. 619 do Código de Processo Penal. Aponta omissão no acórdão recorrido, ao argumento de que o Tribunal não analisou "o pedido realizado pela defesa, sobretudo porque o não reconhecimento da confissão foi flagrantemente ilegal." (e-STJ, fl. 427).

Requer, assim, o reconhecimento da confissão.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 453-460).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 477-484).

É o relatório.

Decido.

O recorrente sustenta que o acórdão teria se manifestado de forma omissa acerca do reconhecimento da confissão judicial.

O Tribunal de origem, entretanto, manifestou-se nesses termos no julgamento dos embargos:

"Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão em relação a algum ponto sobre o qual o Tribunal deveria se pronunciar (CPP, arts. 619 e 620, §§ 1º e 2º), ou, por construção jurisprudencial, quando houver erro material no julgado.

Postula a defesa o reconhecimento da confissão espontânea.

No ponto, consigno que a tese não foi arguida oportunamente nas

Superior Tribunal de Justiça

razões de apelação (evento 103). Tratando-se de inovação recursal, não merecem conhecimento os aclaratórios nesse tocante." (e-STJ, fl. 416).

Assim, deve ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional, porquanto, embora de forma diversa da pretendida pelo ora recorrente, o Tribunal de origem rebateu a tese impugnada, o que impede a admissão do apelo excepcional com base na infringência ao art. 619 do Código de Processo Penal, consoante vem asseverando a iterativa jurisprudência desta Corte Superior, nesse sentido:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL. MERO INTUITO DE REJULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DA OMISSÃO QUE ENSEJARIA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO INTEGRATIVO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão (CPP, art. 619), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas no acórdão embargado, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.
2. A alegação de divergência notória não dispensa o cotejamento entre os acórdãos confrontados, não sendo suficiente ao seu reconhecimento a simples referência aos acórdãos apontados como paradigmas, sem sequer a sua transcrição para cotejamento.
3. Não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional.
4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg nos EAg 1.354.512/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/10/2016, DJe 21/10/2016);

Por fim, constata-se que o reconhecimento da confissão judicial não foi impugnada pelo recorrente por ocasião da apelação, não tendo o Tribunal *a quo* exercido cognição sobre a matéria. Na tentativa de sanar a própria omissão, o réu arguiu a matéria em sede de embargos declaratórios, não tendo sido, contudo, acolhido. Como não há decisão de Tribunal sobre esse capítulo, inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e alargamento inconstitucional da hipótese de competência do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. TEMA SUSCITADO APENAS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO TEMA DIRETAMENTE POR ESTA CORTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

- Embora o recurso de apelação devolva ao Juízo ad quem toda a matéria objeto de controvérsia, o seu efeito devolutivo encontra

Superior Tribunal de Justiça

limites nas razões aventadas pelo recorrente, em homenagem ao princípio da dialeticidade, que rege os recursos no âmbito do Processo Penal, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte adversa, garantindo-se, assim, o respeito ao cânone do devido processo legal (HC n. 185.775/RJ, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1º/8/2013).

- Com efeito, na espécie, considerando que o tema referente à dosimetria da pena ficou unicamente agitado nos embargos de declaração, opostos após o julgamento da apelação, houve inovação recursal e, por tal razão, o Tribunal local não apreciou a matéria, impedindo, consequentemente, este Tribunal Superior de enfrentar o pleito defensivo de ilegalidade na dosimetria da pena.

- Negado provimento ao agravo regimental." (AgRg no HC 295.432/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 30/06/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator